

O autoritarismo e o desarranjo econômico

DECIO GARCIA MUNHOZ

Repentinamente o País se viu no melhor dos mundos. Inflação recuando; déficit governamental sob controle e em queda; acordo com banqueiros praticamente fechado; FMI transformado em cordeiro e aliado ao País; sobra de dólares permitindo liberar as importações, inclusive de bens de luxo; empresas estatais ditas deficitárias sendo vendidas a empresários ávidos por prejuízos; e, finalmente, o Estado, esse estorvo à liberdade individual e empresarial, devidamente acorrentado e enjaulado.

Que país maravilhoso surgiu aos nossos olhos! Num passe de mágica pudemos nos trasplantar para os centros mais civilizados. Afinal resolveu-se, inclusive, a incapacidade material da Casa da Moeda em produzir passaportes, e da Polícia Federal em emití-los, pois, agora quem vai precisar procurar outro país como alternativa para sobreviver com dignidade?

Se abandonado o mundo de fantasias, ainda assim não existem razões para desesperança. Desde que se consiga democratizar as decisões, à busca de soluções adequadas às origens dos problemas do País. Desde que a sociedade passe a ser informada corretamente, e se veja a salvo das constantes ameaças de derrama fiscal, brutal recessão, demissões em massa, etc., sempre que procura participar das decisões. Desde que o Governo abra as informações para uma discussão política como pré-condição para a tomada de decisões mais relevantes. Desde que governar por leis, votadas no Legislativo, volte a ser a regra, e o respeito à Constituição um dogma.

VOLTANDO AO MUNDO REAL

As vezes é bom sonhar-se com coisas como a queda da inflação, por todos ansiosamente desejada. Ocorre que a inflação não surge por descuido ou acidente, e nem desaparece quando a chamamos de indecente, intrusa, hipócrita, ou o que seja. A inflação surge apenas como o mecanismo que encontra perdedores de rendas quando razões várias, especialmente decisões oficiais, criam antes os ganhadores. Elevados os juros, como vem-se observando desde 1981 e agora mais do que nunca, o grande cassino funciona como uma corrente de felicidades em favor de uns poucos — os aplicadores e os felizes intermediários financeiros. E perdem todos os fracos — especialmente trabalhadores e pequenos empresários. Como,

então, eliminar a inflação, recuperando as rendas das vítimas inocentes, se não foram os ganhos espúrios neutralizados? Impossível. E a inflação deve continuar se elevando, a fim de conseguir jogar sobre os indefesos novas perdas que a política monetária ortodoxa, praticada pelo Banco Central, como um polvo faminto mais requer.

O acordo externo é dessas coisas absolutamente incompreensíveis. O único país do mundo, ao lado da Coreia, que tem condições de pagar os juros aos credores internacionais, chega à negociação enfraquecido e sob fortes pressões. O único país a fazer saldos comerciais que permitem cobrir os encargos da dívida — ou seja, o praticamente o único que conseguiu fazer o ajuste externo — graças especialmente ao trabalho da Petrobrás — submete-se a um absolutamente desnecessário e injustificável novo programa de ajustamento, a um humilhante monitoramento do FMI, a metas trimestrais sem razão de ser e impossíveis de cumprimento. Revelam, os nossos negociadores, incrível desconhecimento da comprovada incapacidade do Fundo Monetário Internacional em orientar políticas econômicas aos países devedores. Desconhecimento de que praticamente todos os devedores que obedeceram religiosamente às imposições do Fundo, banqueiros e governo americano, paralisando a economia, empobrecendo a população, gerando milhões de desempregados famintos, nem assim conseguiram gerar dólares para pagar os juros da dívida. Como se pode desconhecer essa sofrida história dos países que desde 1981 vêm sucumbindo ao Fundo?

Vamos às negociações sem salvaguardas que garantam refinanciamento automático dos juros nos casos de aumento das taxas de juros dos bancos, ou de perda de preços nas exportações. Vamos à assinatura de acordos sem salvaguardas que assegurem refinanciamento dos juros no caso de queda das exportações diante de restrições comerciais impostas por países ricos; e isso exatamente quando o governo americano mantém permanentes ameaças sobre o Brasil, na busca de concessões econômicas e políticas, e diante da resistência de um país que não pretende retornar às condições de simples colônia.

Empobrecemos a população repetindo agora o arrocho salarial da ditadura, a fim de desnecessariamente forçar aumento nos saldos comerciais. E quando isso ocorre — um "êxito" absurdo — a tecnocracia fala em liberar as

importações para se desfazer dos dólares! A Lei do Comércio dos Estados Unidos aumenta as restrições comerciais, e o Mercado Comum Europeu, consolidando uma economia autárquica, pune competidores estrangeiros. Enquanto isso o Brasil pretende reduzir as tarifas apenas para atender às pressões do Fundo e do Banco Mundial. Afinal não se conhece a história da Argentina, a política de Martinez de Hoz, que abriu as fronteiras para forçar a redução dos preços internos, para aumentar a competitividade, e desestruturou irremediavelmente a indústria? Não se sabe que o modelo asiático apontado pelo Banco Mundial como exemplo — a Coreia — nunca, até recentemente, havia conseguido fazer saldos comerciais?

A questão dos déficits públicos é outro ponto que requer re colocação. A fim de que a nação saiba que a unificação orçamentária precipitada e mal concebida, surgida nos ventres do regime autoritário, estourou o Orçamento Fiscal pela primeira vez em 1986 porque jogou responsabilidades novas sobre o Tesouro, mantendo os recursos do Tesouro de posse e uso do Banco Central. Com isso fazem-se monumentais transferência ao Banco Central (por quê? para quê?) — inclusive dez bilhões de dólares emitidos nos dois últimos anos, enquanto paralisam-se investimentos, cortam-se salários, submetem-se politicamente governadores e prefeitos mediante infinitas e discutíveis restrições financeiras. Mas isto é matéria para outro artigo, pois a caótica administração das finanças públicas, com explosivos déficits provocados pela especulação financeira promovida pelo Banco Central, requer uma discussão mais ampla, e a inevitável interferência do Congresso.

Não se deve, todavia, perder a fé. A reconstrução econômica é possível e necessária. Depende de um esforço comum. Mas depende antes de tudo da nossa capacidade em reconstruir um regime verdadeiramente democrático. Onde a tecnocracia seja obrigada a conter suas ameaças e abrir as informações para que a sociedade, todos nós, possa influenciar nas decisões que afetam o nosso presente e o nosso futuro. Afinal, onde nos perdemos quando se procurava reencontrar os caminhos da convivência democrática?